



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 159**

*de 14 de fevereiro de 2017*

**Dispõe sobre a implantação da Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos do Município de Jardim/MS, e dá outras providências.**

*GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão extraordinária realizada no dia 10 de Fevereiro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:*

### **Art. 1º..**

*A Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos domiciliares fica instituída e disciplinadas pela presente Lei Complementar.*

### **1º.**

*A Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos domiciliares tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município de Jardim-MS.*

## **2°.**

*Considera-se resíduo sólido todo aquele material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.*

## **Art. 2°..**

*O sujeito passivo da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel, edificado ou não, localizado em via ou logradouro público, abrangido pelo serviço de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo.*

## **Art. 3°..**

*A base e a forma de cálculo da taxa e o custo do serviço no exercício anterior ao período de referência do lançamento do tributo, assim como os demais custos afins assumidos pelo município.*

## **Art. 4°..**

*São critérios de rateio da taxa:*

### **I.**

*Área construída;*

### **II.**

*Categoria de consumo;*

### **III.**

*Frequência de coleta.*

## **Art. 5º..**

*A taxa é calculada na seguinte conformidade: Cálculo da Taxa = [ACi + (ACi x Ff)+ (ACi x Fc)] x Ce*

*Onde:*

*ACi = área construída do imóvel, conforme cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Jardim/MS;*

*Ff = fator de frequência aplicável sobre a área construída, de acordo com a frequência da coleta no logradouro relativo ao imóvel;*

*Fc = fator categoria aplicável sobre a área construída, de acordo com o padrão de qualidade regional;*

*Ce = custo equivalente por m<sup>2</sup>, calculado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$Ce = CT / \text{Somatória } Fp$$

$$Fp = ACi \times (1 + Fc + Ff)$$

*Onde:*

*CT = custo total anual despendido com os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, bem como os demais custos afins assumidos pelo município;*

*Fp = Fator ponderação que correlaciona a área construída do imóvel com seus respectivos fatores: frequência e categoria.*

*Fator frequência*

*1*

*0,0278*

2	0,0556
3	0,0816
4	0,2230
5	0,2780
6	0,3340

<i>Fator Categoria</i>	
<i>Classe A</i>	0,50
<i>Classe B</i>	0,34
<i>Classe C</i>	0,16

### **1°.**

*As classes do fator categoria devem ser estabelecidas todo ano por meio de Decreto Municipal considerando a planta de valores do município, sendo as classes A-B e C respectivas às regiões com imóveis de maior valor venal do Município.*

### **2°.**

*Nos casos de terrenos sem construção de unidade residencial, deverá ser considerado fator relativo a categoria A.*

### **3°.**

*Nos casos de lotes com mais de uma unidade residencial será considerado o fator relativo à categoria Classe A e o valor da taxa apurada para o lote (classificação fiscal) deverá ser dividido igualmente entre as unidades residenciais nelas existentes.*

### **4°.**

*Para efeito de cálculo, nos casos em que tiver indefinição de área construída ou por falta de informação no cadastro imobiliário, deverá ser aberto processo administrativo fiscal com verificação in-loco pelos Fiscais Municipais a fim de proceder com o lançamento da taxa.*

#### **Art. 6º..**

*A base de cálculo da Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos, para o exercício de 2018 equivale a:*

<i>ÁREA CONSTRUÍDA</i>	<i>CATEGORIA DE CONSUMO</i>	<i>FREQUÊNCIA DA COLETA</i>	<i>VALOR ANUAL POR M<sup>2</sup>/R\$</i>
<i>Total área construída</i>	<i>Classe "C"</i>	<i>0,0816</i>	<i>0,70</i>
<i>Total área construída</i>	<i>Classe "B"</i>	<i>0,0816</i>	<i>0,95</i>
<i>Total área construída</i>	<i>Classe "A"</i>	<i>0,0816</i>	<i>1,11</i>

#### **Art. 7º..**

*O lançamento da Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos será efetuado em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e com os lançamentos das demais Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis, ou através de convênio com a empresa que explora os serviços de abastecimento de água e esgoto, ocorrerá conforme tabela de lançamento estabelecida, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo.*

#### **Art. 8º..**

*A empresa de saneamento concessionária dos serviços de água e/ou esgoto poderá realizar a cobrança da Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos na fatura de água e/ou esgoto, mediante lançamento mensal feito na respectiva fatura.*

#### **Parágrafo único. .**

*Caso o consumidor não deseje efetuar o pagamento da taxa junto à fatura de água e/ou esgoto, poderá solicitar a qualquer momento à Prefeitura Municipal a emissão de guia para recolhimento e, munido do comprovante de pagamento, apresentar à concessionária do serviço de água e esgoto para a retirada da cobrança.*

#### **Art. 9º..**

*Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa.*

#### **Art. 10.**

*Os valores arrecadados a título de Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos ficarão vinculados à sua efetiva aplicação para operação e gestão de serviços componentes da área de resíduos sólidos, bem como para investimentos que visem a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados, observando a proteção ao meio ambiente e à saúde pública.*

#### **Art. 11.**

*A manutenção e exatidão das informações cadastrais tanto no cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Jardim/MS será responsabilidade do contribuinte.*

#### **Art. 12.**

*Após o vencimento do data de recolhimento da taxa incidirá o acréscimo de juros de 1% ao mês ou fração, de multa de 0,33% ao dia, limitada a 10% do valor da taxa e correção monetária com base na variação do Fator Monetário Padrão - FMP.*

#### **Art. 13.**

*Não se incluem nas disposições desta lei a prestação dos serviços de varrição de vias públicas, remoção de lixo hospitalar e de resíduos industriais.*

**Art. 14.**

*Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial aos artigos 226 ao 231 da Lei Complementar nº 42/2003, aos artigos 12 ao 17 da Lei Complementar nº 130/2014.*

*JARDIM - MS, 14 DE FEVEREIRO DE 2017*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO PREFEITO MUNICIPAL**

---

*Lei Complementar Nº 159/2017 - 14 de fevereiro de 2017*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*